



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**KELLY CRISTINA FERNANDES DE JESUS**

**O ENSINO DA LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OS ALUNOS  
OUVINTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Miracema do Tocantins, TO**

**2022**

**Kelly Cristina Fernandes de Jesus**

**O ensino da Libras como segunda língua para os alunos ouvintes na educação básica do estado do Tocantins**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Miracema, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob orientação da Professora Especialista: Thallyta Teixeira Silva.

Miracema do Tocantins, TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- J58e Jesus, Kelly Cristina Fernandes de .  
O ensino da Libras como segunda língua para os alunos ouvintes na educação básica do estado do Tocantins. / Kelly Cristina Fernandes de Jesus. – Miracema, TO, 2022.  
40 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2022.  
Orientadora : Thallyta Teixeira Silva  
1. Educação dos surdos . 2. Ensino da Libras . 3. Educação inclusiva . 4. Políticas Linguísticas . I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

KELLY CRISTINA FERNANDES DE JESUS

O ENSINO DA LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OS ALUNOS OUVINTES  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO TOCANTINS

Monografia apresentada á UFT – Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia. Foi avaliado para obtenção do título de Pedagoga e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Profa. Esp. Thallyta Teixeira Silva Rodrigues, Orientador, UFT.

---

Prof.(o) Dr. (o) Francisco Gonsalves Filho, Examinador, UFT

---

Prof.(a) Dr. (a) Juliana Chioca Ipolito, Examinadora, UFT

---

Dedico este trabalho a toda comunidade surda  
e a sua luta para garantia de seus direitos.

## **AGRADECIMENTOS**

Á Deus por me sustentar até aqui, me dando forças para realizar meu sonho.

Á Universidade Federal do Tocantins pelo ensino de qualidade e excelência.

Aos os professores que fizeram parte da minha formação no curso de Pedagogia.

Á minha mãe que sempre me ofereceu suporte durante os anos que estive na Universidade.

Á meu padrasto Amado Monteiro, que sempre me incentivou e está presente na minha vida desde sempre.

Aos meus avôs, que nunca desistiram e acreditaram em mim desde o início

Á minha orientadora Thallyta Teixeira Silva Rodrigues, por ter compartilhado todos os seus conhecimentos comigo e também por ter tornado o meu sonho de falar sobre a Língua Brasileira de Sinais, algo real.

Aos professores, Francisco Gonçalves Filho e Juliana Chioca Ipolito, por aceitarem participar da minha banca e por oferecerem contribuições valiosas para essa produção de conhecimento.

## RESUMO

O trabalho tem o objetivo de abordar sobre o ensino da Libras como segunda língua e a atuação de um professor surdo no ambiente escolar, em uma Escola Pública do Estado do Tocantins situada na cidade de Palmas. O objetivo específico deste trabalho é descrever sobre o processo histórico da educação inclusiva para o processo de educação bilíngue e por fim relatar sobre o ensino da Libras na educação do estado do Tocantins, tendo como protagonista o professor surdo. Serão apresentadas reflexões sobre a Língua Brasileira de Sinais em diferentes contextos. Esta pesquisa seguirá um estudo bibliográfico, através de artigos científicos, revistas e livros, seguindo uma metodologia e abordagem qualitativa. O resultado final desta pesquisa revelou que a Língua Brasileira de Sinais pode oferecer oportunidades aos surdos e ouvintes, assim concluímos a educação dos surdos ainda é algo que deve ser vista com mais cuidado, é preciso mudanças e adaptações nas instituições de ensino para que neste espaço ocorra a troca de respeito e aprendizado de maneira adequada.

**Palavras-chave:** Educação bilíngue. Libras. Segunda língua. Professor surdo.

## **ABSTRACT**

The course completion work entitled "The teaching of Libras as a second language for hearing students in basic education in the state of Tocantins" aims to portray the teaching of Libras as a second language and the performance of a deaf teacher in the school environment, in a Public School in the State of Tocantins located in the city of Palmas. The specific objective of this work deals with its implementation process in teaching from educational language policies. Reflections on the Brazilian Sign Language in different contexts will be presented. This research will follow a bibliographical study, through scientific articles, magazines and books, and also a documentary methodology following a qualitative approach. The final result of this research revealed that the Brazilian Sign Language can offer opportunities to the deaf and hearing people and even in the face of so many struggles and battles, movements and reprisals, the education of the deaf is still something that must be seen with more care, it requires changes, adaptations in educational institutions so that respect and learning can be exchanged in this space in an appropriate way.

**Keywords:** Bilingual education. Pounds. Second language. Deaf teacher.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Escolas estaduais do Tocantins incluem ensino de Libras como componente curricular.....	30
Figura 2- Alunos se dedicam para aprender a língua de sinais.....	31
Figura 3 - Professora Surda Amoriana Borges Araújo.....	32
Figura 4 – A aluna Alice Rodrigues Rocha ressalta importância da língua de sinais para poder interagir com todos os colegas .....	33

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CIEE	Centro Integrado Empresa – Escola
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
DEBASI	Departamento de Educação Básica
DESU	Departamento de Ensino Superior
DDHCT	Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos
IBC	Instituto Benjamin Constant
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LDB	Lei Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
MEC-SEESP	Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL .....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE.. .....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA OS SURDOS.....</b>	<b>20</b>
<b>4.1</b>	<b>Breve contexto sobre as Políticas linguísticas da Libras.....</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO DISCIPLINA CURRICULAR NO ESTADO DO TOCANTINS .....</b>	<b>25</b>
<b>5.1</b>	<b>O ensino da Libras na sala de aula.....</b>	<b>26</b>
<b>5.2</b>	<b>O professor surdo no ambiente escolar .....</b>	<b>27</b>
<b>6</b>	<b>PESQUISA DOCUMENTAL: RELATOS E REGISTROS SOBRE O ENSINO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO TOCANTINS .....</b>	<b>29</b>
<b>6.1</b>	<b>Pesquisa documental de notícia da secretaria de educação do estado do Tocantins .....</b>	<b>29</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é refletir sobre o ensino de Libras como segunda língua em uma Escola Pública do Estado do Tocantins localizado na cidade de Palmas e a atuação do professor surdo nesse ambiente escolar. O interesse pela pesquisa iniciou-se quando realizei um curso de Libras no ano de 2020 em uma instituição de ensino estadual na cidade de Miracema no estado do Tocantins, na ocasião desenvolvemos diversas leituras, atividades em grupos e individual, no ano seguinte, no semestre de 2021/2 realizei a disciplina de Libras no curso de Pedagogia na Universidade Federal do Tocantins, *Campus* de Miracema.

Através das indagações e leituras referentes a Lei 14.191/2021 realizadas no decorrer de todo o percurso da disciplina, surgiu a seguinte questão: Como vem ocorrendo o ensino de Língua Brasileira de Sinais na educação básica para alunos ouvintes?

No acervo da UFT *Campus* de Miracema, existem pouquíssimas pesquisas sobre a temática, sendo essa situação constatada, uma das motivações para essa pesquisa. A relevância social dessa investigação é que poderá contribuir para o conhecimento das pessoas e principalmente de estudantes da própria universidade, que se interessam pelo assunto. E tendo também como objetivo ajudar a comunidade surda, os alunos e na conscientização.

O objetivo da presente pesquisa é descrever sobre o ensino da Libras na Educação Básica no estado do Tocantins, em específico descrever sobre o processo histórico da educação inclusiva para o processo de educação bilíngue e por fim relatar sobre o ensino da Libras na educação do estado do Tocantins, tendo como protagonista o professor surdo. A pesquisa parte de uma metodologia de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. De início foi realizado pesquisas de livros, artigos científicos, revistas especializadas, publicações da área.

Marconi e Lakatos (2010), descreve que, a abordagem qualitativa uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e fornecer análises detalhadas sobre investigações, atitudes e tendências de comportamento.

Para uma pesquisa documental, Figueiredo (2007) cita que a fonte de pesquisa pode ser escrita e não escrita, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados para obter informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador.

Oliveira (2007) retrata a pesquisa documental como “busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de

jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (p, 69).

A pesquisa documental é baseada em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, conhecidas como fontes primárias:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida (ALMEIDA, GUINDANI, SILVA, 2009, p. 9).

Almeida, Guindani e Silva (2009), diz que os documentos usados nas pesquisas devem ser de certa forma usados da maneira melhor possível. Nestes documentos existem informações que podem ser extraídas para a construção da pesquisa documental.

A metodologia desta pesquisa foi dividida em etapas, a fase da pré-análise, conforme Bardin (1997), consiste na organização, e tem o objetivo de sistematizar as ideias iniciais. A primeira fase é voltada para a escolha dos documentos que a análise será feita, formulação de hipóteses, objetivos e também elaboração de indicadores que darão fundamentação na interpretação final. A pré-análise tem o objetivo de organizar e é composta por atividades que não são estruturadas. Posteriormente ocorreu a exploração do material que foi escolhido e parte daí a escrita de toda a pesquisa.

## 2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

A educação de alunos surdos atravessou por inúmeros momentos que marcaram, por exemplo, a metodologia oralista, que tinha o objetivo de desenvolver a fala do surdo, a total comunicação que inclui o uso da sinalização, oralização e também o bilinguismo que é o uso de duas línguas, todas essas metodologias foram criadas fundamentadas em fatos culturais e sociais da época. Houve diversas mudanças de um tempo pra cá nos paradigmas da Educação dos surdos, dessa forma a inclusão escolar vem sendo um processo que está se alavancando aos poucos, com diversas mudanças, como na formação do professor, instrutor e intérprete e também na escola e na família, que poderá contribuir para toda a construção social do aluno (ROSSI, 2010).

A educação de surdos ganhou destaque nos últimos anos em decorrência da legislação atual, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras - como língua oficial das comunidades surdas do Brasil (BRASIL, 2002), e também assegura os direitos dessa comunidade a uma educação que atenda suas condições linguísticas e de aprendizado diferenciados (SANTOS, OLIVEIRA, 2012, p. 2).

A educação de surdos tem como seu principal objetivo a capacitação do estudante para que possa obter um código linguístico e oferecer uma instrumentalização de trabalho e passou a ganhar destaque através de leis que oferecem suporte legal a comunidade surda defendendo os seus direitos a educação.

Segundo Costa (2015), a Língua Brasileira de Sinais, denominada como Libras, é utilizada como meio de comunicação e tem seu próprio alfabeto manual criado por Ernest Huet que é francês, chegando ao Brasil no ano de 1856. Ernest era surdo e passou a dedicar-se ao ensino da Libras de forma totalmente voluntária, posteriormente a língua se espalhou por todo o Brasil.

Quadros, Stumpf (2018) retrata que no ano de 1981 ocorreu a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA). A iniciativa partiu dos pais das crianças surdas a decisão de estabelecer essa federação. Foi a partir deste evento que a educação de surdos se iniciou no Brasil. A FENEIDA, era uma federação que era gerenciada por ouvintes voltadas para pessoas com deficiências.

Federação Nacional de Educação de Surdos/FENEIS: é uma indenidade filantrópica, sem fins lucrativos com finalidade sociocultural, assistencial e educacional que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. É filiada à Federação Mundial dos Surdos (STROBEL, 2009, p. 43.).

No ano de 1987, Ana Regina Sousa e Campello se candidatou a presidente e foi eleita. Esse fato foi considerado um marco importante na organização de movimentos Brasileiros, pois era a primeira vez que uma pessoa com surdez representava uma organização nacional de surdos. Depois deste acontecimento, os surdos começaram a ter poder na instituição e deram início a administração da federação.

A presença de pessoas surdas no movimento trouxe diversas mudanças, antigamente seu nome era FENEIDAS, que depois, passou a ser chamada de FENEIS, cujo nome completo é Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, houve a troca do termo “deficiente auditivo para “surdos”, instituindo um ponto de vista novo sobre a pessoa surda de acordo com o seu potencial como sujeito surdo, ao contrário de perda auditiva. A FENEIS começou a ser uma grande aliada da Federação Mundial de Surdos (WFD) que representava as comunidades surdas.

Atualmente, a FENEIS tem parceria com associações de surdos Brasileiros com pelo menos 120 filiadas no sul e no norte do Brasil. A instituição inicia toda uma estratégia política e social através de eventos pelo território nacional, que conta com a parceira de suas afiliadas e juntamente com instituições educacionais. O foco principal das palestras ofertadas pelos representantes da FENEIS diz a respeito ao reconhecimento da língua de sinais e de pessoas surdas.

A FENEIS, começa a simbolizar os surdos brasileiros em espaços governamentais. Há várias reuniões que são realizadas com representantes do governo para a demonstração de propostas que são voltadas para o reconhecimento da Libras e de direitos dos sujeitos surdos e também de um acesso à educação na sua língua.

No ano de 1990, surdos alcançam espaços nas universidades, mas esbarram com diversas dificuldades, pois as próprias universidades não veem as necessidades dos surdos para fazer o acompanhamento das aulas. Os surdos resistem as dificuldades, como a falta de intérpretes, e passam a reivindicar juntamente com a FENEIS para que sejam contratados intérpretes de Libras e de Língua Portuguesa juntamente com o Ministério Público Federal (MPF). Diante dessa situação o MPF convoca uma reunião com a assessora técnica do Ministério da Educação para que recebesse os universitários surdos para que dessa maneira seus pedidos fossem atendidos.

Durante um certo período ocorreram diversos debates entre o MEC e a FENEIS, e o resultado foi a obrigatoriedade de contrato de intérpretes da Língua de Sinais para estudantes surdos nos níveis educacionais e universitário. A FENEIS deu continuidade nos projetos políticos com o intuito de alcançar o reconhecimento da Libras e aliou-se a pesquisadores que

deram início aos estudos da Libras no país com o intuito de conquistar subsídios teóricos que dessem base as reivindicações para que a Libras fosse reconhecida no país.

Segundo Diniz (2010), em 1911 a Libras foi banida e o Instituto Nacional de Educação de Surdos começou a usar o oralismo, que é constituído pelo desenvolvimento da fala e a leitura labial. Para aqueles casos severos em aprendizagem era aceitável que fosse utilizado lápis e papel como meio de comunicação. Caso ocorresse a insistência para o uso da Libras havia um castigo e o surdo tinha suas mãos amarradas.

Em 1880 em Milão, aconteceu o Congresso Internacional de Educação de Surdos que tinha como foco principal debater sobre as condições da educação de surdos e sobre uma metodologia de ensino. O método escolhido foi o oral, eliminando a libras. Ele foi introduzido de maneira obrigatória também no INES onde os surdos conversavam de maneira oculta, mas essa situação durou pouco tempo, pois os estudantes do INES eram originados de outros estados e dessa forma levavam a libras por onde passavam (DINIZ, 2010).

Para Strobel (2009), o primeiro registro de uma língua de sinais foi no ano de 1880, por um surdo chamado Flausino José da Gama. Em 1980, a libras teve um enfoque através de pesquisas pedagógicas e também linguísticas. Então, no ano de 1990, com o intuito de aperfeiçoar o ensino no INES, manifestou-se o ofício de monitor surdo para ser mediador na transmissão e no processo de ensino-aprendizagem entre professor ouvinte e alunos surdos.

De acordo com Souza (2018), no Brasil, depois da constituição de 1988, inicia-se o plano para a inclusão escolar. Alguns eventos como Conferência Mundial de Educação para Todos, que foi organizado na Tailândia, no ano de 1990, e a declaração de Salamanca, em 1994, foram um dos grandes aliados para que a lei de educação inclusiva e também a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 fossem oficializadas.

Carraro e Del Mouro (s.d) retratam que, no ano de 1992 a Federação Nacional de Surdos constituiu um grupo de pessoas composta por ouvintes e surdos para investigar os aspectos linguísticos da Libras e metodologias para o seu ensino. A pesquisa teve seu reconhecimento pelo MEC – SEESP (Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial), que permitiu um certo aporte para o projeto intitulado “Metodologia para o ensino de LIBRAS para ouvintes” através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, iniciou-se a fabricação de material didático para o ensino da Libras como uma segunda língua.

De acordo com Cruz e Morais (2020), é importante ressaltar que o ensino de surdos teve início em 1955 quando o Hernest Huet chegou ao Brasil com o imperador D. Pedro II, em conjunto eles fundam o instituto de Surdos Mudos que atualmente é intitulado por Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), foi fundado em 1857 e é uma instituição centenária.



O instituto tem o papel de desenvolver o ensino da língua de sinais como a primeira língua do aprendiz surdo e como língua de inclusão, mesmo que tenha passado por uma fase em que era voltado para o oralismo. Alguns anos atrás, em 2019, O INES passou a ser coordenado por um professor surdo. Esse acontecimento foi um marco importante para a educação de surdos.

Nos anos atuais, o INES se constitui por três departamentos: O DEBASI, (Departamento de Educação Básica) que oferece assistência para as séries iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio e também o EJA (Educação de Jovens e Adultos), acontece neste departamento atendimento educacional e médico. O Departamento de Ensino Superior (DESU), que fornece cursos de graduação e pós-graduação, cursos de extensão, pesquisa. Há também o DDHCT que é o Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico que tem responsabilidade sobre as políticas de pesquisa e de promoção e divulgação científico-tecnológica do INES.

O professor Huet, que veio da França para o Brasil, foi pioneiro em ensinar a língua de sinais, por esse motivo a língua de sinais francesa teve muita influência na língua brasileira de sinais, inclusive o alfabeto manual é muito semelhante ao do país europeu. Durante anos, famílias ricas da América do Sul, que tinham membros surdos, viajavam até o Brasil para conhecer o Instituto e proporcionar educação aos seus familiares (SOUZA, 2018).

### **3 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE**

As políticas nacionais da inclusão estão baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB), Lei (9394/1996) que determina a Educação Especial como uma modalidade escolar para os estudantes que são portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino (QUADROS, 2003).

A política Nacional da educação focada na educação inclusiva, no ano de 2008 foi constituída por um grupo de trabalho nomeado pela portaria ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007.

Entretanto, a educação inclusiva iniciou-se em 1994, por meio do documento produzido, nomeado de “Declaração de Salamanca”. O intuito desse documento era discutir sobre a exclusão no ambiente escolar. A educação inclusiva tem sido debatida desde muito tempo, tendo em vista que as escolas no passado eram extremamente excludentes, pois não pensavam em todos os alunos. Diante disso, surge o projeto com a intenção de atender a todos os alunos excluídos.

Nesse período ocorre a capacitação das instituições de ensino para atender todos os alunos, abrangendo também os alunos com toda e qualquer tipo de deficiência. Diante disso, é necessário reconhecer que precisamos ter uma escola que inclua a todos, de maneira que o aluno seja incluído na escola de forma efetiva, com os mesmos direitos de um aluno ouvinte. A escola tem o dever de fazer com que o aluno seja compreendido e atendido diante da sua necessidade.

Segundo Enisweler, Malacarne, Oliveira, Pires (2015), as novas políticas da educação abriram espaço para a inclusão nas escolas, porém com essa situação veio também o desafio de tornar esse ambiente viável para atender a todas as necessidades dos alunos, mudando as práticas educativas.

Para isto, a escola inclusiva deve ser pensada como espaço de trocas e respeito às diferenças. Essa ideia de inclusão traz o entendimento de que, pelo fato de todos estarem frequentando o mesmo ambiente, a aprendizagem ocorrerá de maneira natural, assim como prepararia a comunidade escolar para a convivência, respeito e tolerância às diferenças (ENISWELER, et al, 2015, p. 890).

Mesmo com o acesso dos alunos surdos a sala de aula, é possível dizer que alguns estudantes ainda encontram barreiras na sala de aula, a maioria não consegue entender e nem produzir com a língua escrita, algumas vezes mostram compressão, mas enfrentam dificuldades

em registrar a Língua Portuguesa, que contém um vocabulário escasso por causa da dificuldade com a língua.

Com a inclusão desses alunos em uma sala comum, onde a maioria dos alunos seja ouvinte, é possível perceber que essa situação linguística mostra impactos sobre a perspectiva da interação, construção do conhecimento por parte do aluno surdo e a comunicação.

O deficiente, com a inclusão encontra-se prejudicado pelo despreparo de professores, pelas formas de atendimento educacional não serem de acordo com as suas necessidades. Em muitos casos são os alunos que são portadores de necessidades especiais que se adaptam as escolas, aos métodos dos professores, aos espaços físicos inadequados, ao invés do sistema educacional adaptar-se às suas necessidades (ROSSI, 2010, p. 74).

O aluno surdo tem direito a ser incluído no sistema regular de ensino de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº 9394/1996, tendo direito ainda a ter apoio de professores especializados e capacitados para atuar em sala de aula, mesmo que aconteça de maneira mais lenta, pois a maior parte dos professores da rede de ensino regular não tem formação suficiente para trabalhar com alunos surdos.

Em algumas instituições de ensino a inclusão do estudante, acontece através do intérprete. O intérprete tem a função de traduzir tudo o que está sendo dito na sala de aula pelo professor e também a fala do aluno quando ele precisa se expressar sobre algo. Ou seja, o professor ministra sua aula normalmente e o intérprete faz seu papel de traduzir para que o aluno seja incluído.

Para a inclusão dos alunos surdos, tanto o ensino como o uso da Libras são extremamente importantes para que ocorra o seu aprendizado, com materiais visuais e adaptados para seu uso, profissionais tradutores intérpretes de Libras e professores, que saibam uma comunicação básica para uma melhor qualidade de ensino (MARQUES, s.d).

Para Murussi (2005), o direito da educação de surdos no Brasil está na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e também diversos outros meios que afirmam que é dever do cidadão e direito do estado.

As medidas adotadas têm garantido o acesso à escola e a eficiência do sistema, diminuindo os índices de fracasso escolar, mas ainda tem como desafio, assegurar o aprendizado de qualidade para que todos os alunos possam ter uma formação adequada para a vida cidadã e profissional, como continuam a mostrar os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (MURUSSI, 2005, p. 10).

A escola inclusiva promete oferecer ensino a todos os alunos da mesma forma e de maneira igual, dando assim valor as diferenças. É necessário ressaltar que a escola inclusiva está caminhando aos poucos e em processo de construção. Para isso, deve-se analisar propostas para a educação, paradigmas e os princípios que dizem como deve ocorrer a implementação.

A declaração de Salamanca, que é um documento que foi instituído na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca no ano de 1994, contribuiu para que fosse ampliado o significado de necessidades educativas especiais para as pessoas que tivessem a necessidade de fazer o uso da escola de maneira adaptada. Diante desse fato, pode-se perceber a disseminação da educação inclusiva tendo como pressuposto a educação especial.

A Constituição Federal de 1988 já antecipava a inclusão de alunos com deficiência na escola regular:

O artigo 206, inciso I, trata da “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e o artigo nº 208 fala do “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, também assegura aos educandos com necessidades educacionais especiais, dentre outros direitos: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (ENISWELER, et al, 2015 p. 3).

Com as políticas públicas educacionais, a inclusão começou a ser resguardada nas instituições de ensino com o intuito de que pudesse se transformar em um ambiente adequado para atender a todos e também as práticas educativas.

No início do século XXI, houve a criação e regulamentação da lei nº 10.436/02, posteriormente foi intensificada toda a sua importância através do decreto nº 5.626/05, que instaura a libras.

Lei 10.436/2002: art.: 1 é reconhecido como meio legal de comunicação e expressão a língua Brasileira de sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual – motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdos do Brasil.” (BRASIL,2002).

Para Menezes (2019), as comunidades surdas brasileiras percorreram um longo e árduo caminho para que a sua língua fosse reconhecida. Após a sanção da lei 10.436, no ano de 2002, várias oportunidades surgiram para os usuários dessa língua. A Língua Brasileira de Sinais é o resultado de muita luta. Por mais que a comunidade surda tenha alcançado diversos direitos

como o acesso à educação, ainda é possível dizer que é preciso de muita luta ainda para uma educação de qualidade e acessível para todos.

O decreto 5.625 de 2005 é a regulamentação da Lei de Libras, como um planejamento linguístico para a implementação da Libras como disciplina nos cursos de licenciatura:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005).

Com base em Costa (2015), na atualidade, a Libras está tomando um grande espaço na sociedade, oferecendo cursos de formação e capacitação, criando inúmeros projetos de qualificação profissional como o CIEE (Centro Integrado Empresa – Escola).

Atualmente, a Libras é uma língua oficial que conta com algumas pesquisas de descrição linguística e com alguns poucos livros didáticos para seu ensino, dentre estes tendo como foco o ensino da Libras como segunda língua. Estamos participando desse momento histórico da difusão da Libras em diversos setores da sociedade brasileira, inclusive na educação (ALBRES., SARUTA, 2012 p. 29).

Ao reconhecer a Libras como língua, podemos observar o quanto ela é importante para a interação social entre seus pares, surdo com surdos, como também para a formação de futuros profissionais da área da educação que vão trabalhar na educação atendendo os alunos surdos nas salas de aulas. Pois, conforme descreve Cordeiro (2021), a Libras é um meio de interação social cultural e científica da comunidade surda do Brasil, que é composta de algumas regras gramaticais (Fonologia, Morfologia, Semântica). Aos ouvintes que irão aprender Libras, que lhes permite comunicar (sinalizar) e a compreender os surdos, transmitir conhecimentos e saberes.

## 4 A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA OS SURDOS

O bilinguismo se aplica para pessoas que usam duas ou mais línguas, no decorrer do seu dia a dia. As pessoas que são bilíngues crescem em ambientes que as línguas são utilizadas por pessoas do seu convívio. A educação bilíngue para surdos no Brasil envolve a Libras e a Língua Portuguesa. Quadros (1997) fala sobre a educação bilíngue com base em uma perspectiva social, cultural e linguística, que é estabelecida pelos documentos legais que predominam a educação bilíngue por meio das políticas públicas.

A educação bilíngue legitima a surdez como experiência visual e reconhece a língua de sinais como a primeira língua da criança surda. Além disso, na educação bilíngue, resgata-se o papel da família da criança surda. E, acima de tudo, apresenta-se uma perspectiva aditiva, ou seja, as línguas contribuem para o ser de tal forma que o torna mais empoderado (QUADROS, 2019, p. 158).

As escolas na maioria das vezes estão metodizadas com base na Língua Portuguesa, na situação da escola bilíngue para surdos é necessário que a escola seja renovada com base na Libras também. Essa instituição que parte da Língua Brasileira de Sinais deve oferecer um espaço linguístico onde as pessoas possam conversar e que usem a língua para isso, seja como maneira de interagir ou de ensinar.

A Libras torna-se uma língua fácil para os surdos, pois é a língua de trocar, de aprender, de obter informações. É necessário que seja utilizada para ensinar e interagir no âmbito escolar. Para o aprendizado da Língua Portuguesa, os alunos surdos precisarão se esforçar um pouco mais, pois exige uma instrução de maneira formal. É possível transformá-la em língua de comunicação, mas não na mesma proporção que a Libras.

A tecnologia tem avançado durante muitos anos e com isso os surdos estão utilizando o português como meio de comunicação na internet. Esse fato é muito importante, pois o português passa a ter um sentido maior na vida dessas pessoas. Pode-se optar também pela opção de vídeos em Libras, que também é uma forma de comunicação.

O ensino da Língua Brasileira de Sinais como L1 (Libras como primeira língua para surdos) necessita ser antevisto no currículo do projeto político da escola. Levando em conta a educação bilíngue, a carga horária para o ensino de Libras deve ser proporcional a de Língua Portuguesa. Dessa forma, isso já abrange a reestruturação da arquitetura escolar, portanto, as línguas começam atingir a carga horária de ensino de uma maneira mais equivalente.

O ensino da Libras como L1 deve ser apontado de uma maneira mais ampla do que se vê no ensino da língua materna. Na situação das crianças surdas na maioria das vezes, a libras

não foi adquirida ao chegar na escola, essa situação é diferente com as crianças ouvintes, que já chegam na escola com a Língua Portuguesa adquirida. Então, a escola só tem o papel de assegurar a aprendizagem e o controle em outros graus de ensino. As crianças surdas que possuem pais surdos chegam a instituição de ensino sabendo a sua língua, que é a Libras, e irão aperfeiçoá-la de outras maneiras e aprender a Língua Portuguesa como a sua segunda língua. Porém, algumas crianças surdas nascem em um meio que não tem domínio sobre a língua. O acesso a tal língua será conquistado na escola. A libras como L1 deve alcançar tanto o ensino como a aquisição, desta maneira, deve estar inclusa no currículo da escola desde a educação infantil.

O ensino da L1 integra a forma escrita, são necessárias para aprender a L1 e L2 habilidades cognitivas e linguísticas. A pessoa que consegue desenvolver uma boa leitura na L1, conseguirá ter um desempenho melhor na leitura de outras línguas. “O ensino da Libras como L1 precisa dispor de referências surdas. Isso tem relação com o ambiente bilíngue, que precisa contar com pessoas adultas e crianças usando as línguas no espaço escolar. A presença de professores surdos é fundamental” (QUADROS, 2019 p.169).

O ensino de libras como L2 (Libras como segunda língua para alunos ouvintes) no ambiente escolar para os alunos ouvintes, e outras pessoas do vínculo familiar e da comunidade escolar é um dos fundamentos da educação bilíngue, principalmente em instituições inclusivas. Levando em consideração um currículo em que a Libras e a Língua Portuguesa partilham carga horárias iguais, os estudantes possuirão com o ensino da Libras como uma segunda língua.

A equivalência da Libras e da Língua Portuguesa na subdivisão da carga horária da escola é significativo, pois inclui as duas línguas nas instituições escolares dando-as a mesma importância. É importante dizer que os alunos compreendem isso, pois quando a informação é passada de maneira dessemelhante dará a impressão que uma é mais importante que a outra. Como a educação bilíngue tem o objetivo de determinar as duas línguas de maneira equiparada, incluindo as duas na vida do estudante, é necessário encarregar a mesma carga horária para todas.

Para os ouvintes o ensino da L2 deve passar por metodologias de ensino de segunda língua e segunda modalidade, envolvendo diversas habilidades linguísticas: visualizar, produzir e também ler e escrever na Língua Brasileira de Sinais. A organização da escola pode antecipar o ensino da Libras como a segunda língua para os estudantes ouvintes, enquanto os estudantes surdos contam com o ensinamento da Língua Portuguesa como uma segunda língua. Já os alunos ouvintes passarão por aulas de Libras.

Moura (2011) retrata que, o bilinguismo possibilita que o surdo possa fazer parte de um ambiente e que dessa maneira possa existir em meio a diferença. Compactuando com uma língua que depende da visão, a Libras dá espaço para que o surdo possa estabelecer relações de pensamentos equivalentes.

Acredita-se que, com o Bilinguismo e com o surgimento de pesquisas que apontam cada vez mais para essa abordagem como inclusiva para os Surdos, a situação de angústia e desinformação acima descrita, vivenciada pelas famílias, tende a diminuir, uma vez que propõe, assim como na Suécia, um trabalho centrado nas possibilidades visuais destas crianças. Nessa visão busca-se uma mudança de paradigma com o Surdo visto como pessoa capaz de realizar as mesmas atividades que os ouvintes, autônomo e como protagonista de sua história (MOURA; VIERIA, 2011, p.7).

É importante dizer que o bilinguismo começou a ser uma proposta pensada recentemente para a Educação de surdos. Algumas instituições de ensino ainda não aderiram a prática dessa forma, diante disso, ainda se encontra em fase inicial delineados por lei, decreto e também estudos de especialistas na área.

#### **4.1 Breve contexto sobre as Políticas linguísticas da Libras**

Os surdos lutaram desde sempre para que pudessem usar a Libras como meio de comunicação e para expressar-se. Os mesmos querem que a Língua Brasileira de Sinais seja usada no ambiente escolar como uma forma de instrução. Desta forma, as políticas linguísticas no Brasil controlavam as línguas existentes e propiciaram o Português oral e escrito. Os movimentos que foram guiados por surdos reivindicaram até que foram atendidos e passaram a fazer parte de negociações.

Para Quadros e Stumpf (2018), as políticas linguísticas do Brasil traçaram uma direção nova para o reconhecimento da Libras no ano de 2010, essa política era monolíngue com conhecimento oficial em Língua Portuguesa. O governo federal determina o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) que é estabelecido pelo decreto 7.387/2010. O INDL, envolve ações para o registro das línguas nacionais e para que seja estabelecido políticas para a garantia do uso das línguas identificadas por comunidades do Brasil. Ação essa que é voltada a Língua Brasileira de Sinais, como as outras línguas nacionais, incluindo a língua de sinais de algumas localidades e das comunidades indígenas.

Anos antes ao estabelecimento da política linguística nacional, ocorreu as ações para que os espaços linguísticos das comunidades Brasileiras fossem reconhecidos. Foi criada a Lei 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua utilizada por comunidades surdas do Brasil



e garantindo também, o acesso pelos órgãos públicos e educação para surdos na Libras nos seguintes artigos:

Art. 2. Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3. As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4. O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A língua Portuguesa de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2002).

Mesmo com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como uma língua nacional, está incluso, que essa língua não pode substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa. O parágrafo restaura a política monolíngue da colonização Brasileira, permanecendo dessa forma o estatuto da Língua Portuguesa de supremacia, desconhecendo dessa forma a Libras. As consequências para os surdos neste parágrafo é o estabelecimento da Educação bilíngue, considerando a Libras como uma língua para o ensino e a Língua Portuguesa para a escrita e também como uma segunda língua que deve ser ministrada para os estudantes surdos nas escolas.

Neste sentido, o curso de Língua Portuguesa e Libras (Pedagogia Bilíngue), que forma docentes da educação básica e séries iniciais, iniciou-se em alguns estados no Brasil. O curso está previsto pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, porém ainda exige políticas que necessitam o seu estabelecimento, da mesma maneira que ocorreu com o curso de Letras Libras. É importante enfatizar que o curso de Letras Libras é importante, pois é este profissional quem irá trabalhar com crianças surdas na concepção bilíngue.

O decreto também prevê a inclusão da educação bilíngue para os surdos no Plano Nacional de Educação que foi votado no ano de 2014 através da Lei Federal 13.005/2014. A lei estabelece a política de Educação de Surdos vasta e diversificada, que legaliza e oficializa as escolas bilíngues para os surdos com auxílio de recursos públicos.

A escola bilíngue é algo que já vem sendo priorizada como uma demanda da comunidade surda no Brasil. Algumas ações determinaram o reconhecimento da Libras em diversas instâncias públicas no Brasil. Os surdos do Brasil estão presentes nos diferentes locais sociais e estão sempre à frente de todas as decisões que estão sendo feitas.

No ano de 2013 e 2014, foi criado o Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa que colabora com a sistematização de ações e legislações em defesa das condições bilíngues dos surdos. O relatório foi criado com suporte do MEC, através das portarias das instituições: Portaria 1.060/2013 e 91/2013 para a elaboração do documento – Relatório sobre a educação bilíngue para os surdos, 2014. Porém, algumas premissas não foram implementadas.

Ainda em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi votado e aprovado através da Lei 13.005/2014. O PNE é o planejamento das ações na área da educação que o governo do Brasil estabelece com a duração de vinte anos. A educação bilíngue foi considerada através de uma meta: “Meta 4.7 do Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014.

Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LI –BRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (as) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 de do Decreto no 5. 626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos”. (BRASIL, 2014).

O Governo Federal do Brasil, assume um compromisso de possibilitar e estabelecer a educação bilíngue para os surdos. A inclusão da mesma foi através da FENEIS.

A ação recorrente em relação ao Decreto 5.625/2005 é a instauração dos concursos públicos em Libras. As instituições públicas no Brasil, tem a obrigação de ofertar vagas para a comunidade em geral para que dessa forma possam se candidatar. As etapas do concurso público são divididas entre provas de seleção e didática. São realizadas na Língua Portuguesa. Para que houvesse a acessibilidade dos candidatos surdos, algumas instituições começaram a realiza-las em Libras, tanto de conhecimento e também as didáticas. A presença de professores surdos tem sido cada vez maior em bancas de seleção dos candidatos quando as áreas são voltadas para a Libras. Como o ensino da Libras, tradução, interpretação de Libras e também Língua Portuguesa.

## **5 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO DISCIPLINA CURRICULAR NO ESTADO DO TOCANTINS**

A Lei nº 14.191 de 03 de agosto de 2021, que insere na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a oferta Educação Bilíngue em Língua Brasileira de Sinais e em Língua Portuguesa para surdos, enquanto modalidade de ensino. A Lei 2.977 de 8 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), a partir da meta 6 que aborda sobre o atendimento educacional especializado, em específico a meta 6.5:

6.5. Garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a oferta, gradativa e efetiva, da disciplina LIBRAS, no currículo das escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino, em todas as etapas e modalidades da educação básica, assegurando 100% (cem por cento) do atendimento até o final da vigência deste PEE/TO (TOCANTINS, 2015).

A meta 6.5, descreve sobre a oferta da disciplina de Libras no currículo das escolas públicas. Compreende-se que a escola que adota essa metodologia de ensino desenvolve uma política linguística em que as duas línguas estarão envolvidas e passam a coexistir no ambiente escolar.

Nos artigos que foram citados acima, é possível perceber sobre a obrigatoriedade e a inclusão da Libras como uma disciplina do currículo nos sistemas de ensino. Para Silva (2016), a Libras sendo inserida no currículo tem o objetivo de permitir que os alunos vivenciem outras culturas, aprendam a respeitar as diversas diferenças e prepara-los para o mercado de trabalho. O aluno surdo ao ver que poderá se comunicar, brincar e interagir em atividades em grupos sente-se mais motivado, pois outras pessoas do seu vínculo estão aprendendo sua língua.

O ouvinte é capaz de se desenvolver oralizando e escrevendo na sua língua materna, ou seja, na Língua Portuguesa, mas o surdo se expressa por meio da Língua Brasileira de Sinais que é a sua língua materna e para a escrita é usado a Língua Portuguesa como segunda língua. Isso dificulta um pouco o processo escolar pois é necessário o domínio de uma língua para que a segunda seja inserida.

A Libras como língua de acesso ao currículo deve estar sempre presente no horário escolar em todas as disciplinas e no ensino fundamental e médio como componente curricular específicos com três aulas semanais até o quinto ano do ensino fundamental e a partir do sexto ano do ensino fundamental com duas aulas semanais (ALBRES., SARUTA, 2012 p. 33).

A inserção da Libras no currículo escolar é de suma importância e a Libras deve estar sempre presente nas escolas seja no ensino fundamental ou ensino médio como um componente curricular com aulas semanais.

### **5.1 O ensino da Libras na sala de aula**

A Libras foi conhecida através da declaração de Salamanca em 1994, onde os direitos da educação especial sobre os princípios políticos e práticas da educação especial foram declarados. A declaração foi assinada na Espanha e impulsionou os governos para uma iniciativa de adotar os princípios de uma educação inclusiva.

De acordo com Faria (2011), a Libras é uma disciplina indispensável para a educação dos surdos tanto o seu ensino como o uso dela em sala de aula. Pois dessa maneira o aluno pode construir sua identidade, autonomia e relações interpessoais e também a sua comunicação efetiva no mundo.

O papel da língua de sinais na escola e na sala de aula vai além da importância do desenvolvimento do aluno surdo, mesmo que a instituição tenha duas línguas, é viável que ocorra uma proposta curricular adequada e um apoio para profissionais com especialização que favoreça tanto os surdos, quanto ouvintes, com o intuito de tornar mais adequado.

Desta forma, a escola precisa mostrar alternativas que sejam voltadas para necessidades linguísticas para os surdos, montando estratégias, que permita que a língua de sinais seja desenvolvida.

Com base em Farias (2020), para que o aprendizado seja da maneira correta, é necessário que se identifique primeiro a forma como o indivíduo se relaciona seja com o conhecimento, como no ato criativo, o conhecimento é adição da Artes, técnicas e também de vivências.

Para Basso, Strobel e Mara (2019), o ensino da disciplina de Libras nas escolas ainda é algo muito recente, porém já existem professores surdos atuando há muito tempo, as atividades estão interligadas a Língua Brasileira de Sinais, na maioria das vezes é uma grande auxiliadora de docentes ouvintes regentes, que estão espalhados pelas turmas de educação infantil e séries iniciais. A atuação dos professores fica um pouco mais limitada na disciplina de informática e literatura, e com poucas investigações no ensino organizado da Libras como uma disciplina curricular, como o Inglês ou Português.

O intuito do ensino de Libras é desenvolver a capacidade comunicativa de estudantes surdos da educação básica, diante disso para que ocorra sucesso em um objetivo é necessário estabelecer as metodologias de ensino mais eficientes e consideradas adequadas.

Na sala de aula é possível explorar a língua de sinais de diversas maneiras, e desta maneira é necessário considerar tanto os fatores internos como os externos. Os fatores internos fazem referência ao método de obtenção de linguagem do aluno. Já os fatores externos são necessários levar em consideração as condições históricas e sociais do ensino da Língua Brasileira de Sinais, como; as modalidades da língua (visual-espacial da Libras, e oral auditiva da Língua Portuguesa), papéis desempenhados pela língua, outras variáveis como o ambiente, interações de aluno com professor, maneiras que cada aluno aprende. É importante ressaltar que esses fatores devem estar presentes quando o professor desenvolver um plano do ensino da Libras tanto na escola inclusiva como na escola de surdos.

## **5.2 O professor surdo no ambiente escolar**

A inclusão na educação não envolve somente a pessoa com deficiência, mas envolve a família, docentes e a comunidade que tem o intuito de construir uma sociedade mais justa.

Com base em Tardif (2002), a formação dos professores surdos acontece de acordo com os saberes originários de inúmeras fontes, podendo essas serem curriculares, profissionais e também experimentais.

O início da formação de professores surdos aconteceu na França no ano de 1960, no momento em que o abade Charles Michel de L'Épée fundou uma escola pública para surdos. Dessa forma o intuito do Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris, era fazer o treinamento de diversos professores surdos.

A formação desses professores surdos é parte de um processo de dar aos alunos surdos o poder de ser um profissional da educação. De acordo com o decreto 5.626/2005 é determinado que a formação dos professores para o ensino de Libras nas séries iniciais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior seja preferencial para pessoas surdas, ou seja o professor surdo.

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput (BRASIL, 2005).

Castro (2016), aborda que os professores surdos precisam possuir uma certificação de proficiência, O PROLIBRAS. Essa certificação foi aplicada em 2006 e 2016 e era composta por provas objetivas e de múltipla escolha e também avaliações práticas, todas voltadas para a

Libras. Esse exame foi usado por um prazo bem pequeno e com o passar dos anos a formação destes professores seria através do curso de Letras/Libras.

A perspectiva de formação para professores surdos é considerada algo bem novo, porém trouxe uma importante contribuição para as necessidades educacionais dos alunos surdos no território nacional.

O profissional surdo é de extrema importância no processo de aquisição da Língua de Sinais pelas crianças surdas, pois não só são responsáveis pelos conteúdos programáticos, como também são desencadeadores de um ambiente linguístico que beneficiará a aquisição e o aprofundamento do conhecimento da Língua de Sinais pelos alunos e a sua aprendizagem pelos pais e pelos professores ouvintes (MOURA, 2015, p. 7).

Conforme descrevem Lodi, Rosa e Almeida (2012, p.6) o trabalho do professor surdo é determinante para os “processos constitutivos das crianças como sujeitos surdos, a partir da possibilidade de apropriação da Libras”. Nesse mesmo sentido, Albres e Saruta (2012), afirmam que as relações estabelecidas entre professor surdo e os alunos surdos, no que diz respeito ao desenvolvimento da linguagem/apropriação da Libras e, conseqüentemente, aos aspectos culturais determinantes e por ela determinados, são específicos e diferem consideravelmente se o fossem desenvolvidos por professores ouvintes.

Consideramos que os professores surdos são modelos linguísticos e de identidade surda, que fomentam o uso da Libras em todos os espaços da escola e por se constituírem como surdos, por sua trajetória de vida, têm condições experienciais e linguísticas de contribuir de forma ímpar com a construção de uma didática bilíngue. ALBRES; SARUTA, 2012, p. 36).

Para Albres e Saruta (2012), o professor surdo ou instrutor surdo é importante como outro que contribuirá com a constituição das crianças surdas em relação a um todo social diverso, não apenas pautado na percepção de um mundo exclusivamente ouvinte, mas ensinando a conviver com duas formas de vivenciar o mundo.

Da mesma maneira que professores surdos coordenam salas de aulas, há também alunos surdos nesses ambientes. Diante disso é viável que o professor elabore estratégias e novos métodos de ensino adequados para que esse aluno possa aprender. O aluno já está na escola, então é papel do professor idealizar um espaço que tenha transformações para a inclusão escolar.

## **6 PESQUISA DOCUMENTAL: RELATOS E REGISTROS SOBRE O ENSINO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO TOCANTINS**

A pesquisa realizou uma análise de um vídeo publicado nas redes sociais e da cobertura dos Jornais: Primeira Página e correios do Tocantins, em matérias relacionadas ao ensino da Libras como segunda língua no currículo escolar, sendo este interlocutor entre a sociedade e Estado e verificou de que maneira esta mediação contribuiu para a informação da implantação e desenvolvimento da efetivação de uma Política Educacional e a inserção da Libras como disciplina.

É possível afirmar que a Língua Brasileira de Sinais abre portas para todos, estas oportunidades são capazes de enriquecer as experiências dos alunos das instituições de ensino. Aos poucos as escolas do estado do Tocantins estão aderindo ao ensino da Libras, esta ação torna-se um grande avanço para as instituições de ensino, que aos poucos estão recebendo a Libras como disciplina curricular na sala de aula.

### **6.1 Pesquisa documental de notícia da secretaria de educação do estado do Tocantins**

A pesquisa empírica, buscou fazer análise dos dados encontrados através do site da Secretaria Estadual da Educação do Tocantins (SEDUC), cuja a autora Juliana Carneiro foi responsável pela publicação, o tema da reportagem foi “Tocantins se destaca ao ser primeiro estado a implantar disciplina de Libras na rede estadual de ensino”.

Através dessa pesquisa documental, podemos observar o início da implantação da educação bilíngue referente aos ensinamentos da Libras na educação básica do Tocantins e como tem se destacado por ser o único estado do Brasil que deu início a um projeto para implementar a Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular na rede estadual de ensino.

Essa ação apoiada pela SEDUC, mostra que demandas sancionadas por Leis, Decretos, compõe as requisições da educação especial que estão no Plano Estadual de Educação (PEE-TO). Através do site da SEDUC, foram selecionadas informações e inclusas como coleta de dados documental nesta análise. Nesse caso, por ser uma entrevista pública, aberta a comunidade em geral, não foi necessário realizar os procedimentos exigidos pelo Comitê de Ética.

A entrevista descreve sobre a inclusão do ensino de Libras como um componente curricular na rede estadual de ensino e com planos de que sejam implantados em escolas polos de Educação bilíngue de surdos.

Figura 1: Escolas estaduais do Tocantins incluem ensino de Libras como componente curricular.



Fonte: Mari Rios/Governo do Tocantins (2022).

Conforme figura 01, mostra uma professora surda ensinando Libras para alunos ouvintes na rede estadual de ensino do Tocantins, na cidade de Palmas.

De acordo com Quadros (2019), a disciplina de Libras, entrou nos currículos de formação dos professores em todas as Universidades brasileiras em decorrência do planejamento linguístico estabelecido pelo decreto 5.626/2005.

Os professores surdos podem atuar em diversos espaços nas instituições de ensino, como professor de Libras, podem também ministrar aulas de Libras como primeira língua para os alunos surdos e segunda língua para alunos ouvintes, assim como acontece na escola estadual na cidade de Palmas.

A presença de professores surdos na escola impacta nas representações tanto dos alunos quanto da comunidade escolar. Ter adultos surdos é diferente de ter alunos surdos na escola. Os adultos participam efetivamente das tomadas de decisões da escola e representam o fato a comunidade de surdos (QUADROS, 2019, p. 178).

Para que os professores surdos possam atuar na área de Língua Brasileira de Sinais, é preciso que a Libras esteja presente no projeto pedagógico da escola, assim como no currículo escolar. Os docentes surdos, tem um papel muito importante para os alunos surdos, pois eles passam a aceitar a sua deficiência.



Figura 2: Alunos se dedicam para aprender a língua de sinais.



Fonte: Mari Rios/Governo do Tocantins (2022).

No início do ano de 2022, a disciplina de Libras já se encontra em 22 escolas estaduais, com uma carga horária de duas aulas, de duas horas cada – que totalizam 120 minutos por semana. Os alunos beneficiados são do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A SEDUC, pretende implementar a disciplina de Libras para outras séries e em outras modalidades de ensino e em escolas do estado em até 2025.

De acordo com Paola Regina Martins Bruno, Gerente de Educação Especial da pasta, a Libras estando presente no currículo das escolas do Tocantins é uma oportunidade para que os estudantes possam aprender uma segunda língua, e também pode se tornar uma ferramenta educacional que incluem para que se possa viver em sociedade. Paola Regina diz que:

“Atualmente a língua de sinais tornou-se também língua oficial do Brasil. Assim, quanto mais pessoas souberem falar em Libras dentro e fora do ambiente escolar, maior será a possibilidade das pessoas surdas se comunicarem. Além dos alunos surdos, temos a participação também de pais surdos que podem marcar presença nas aulas como ouvinte. Democratizar e dar acesso à língua de sinais possibilita a socialização e inclusão das pessoas surdas”.

Amoriana Borges, que é professora surda, na instituição de ensino Escola Estadual Professora Maria dos Reis Alves Barros localizada na capital do estado do Tocantins relatou que a comunicação ainda é uma barreira a ser ultrapassada e que alguns passos devem ser tomados para isso. E afirma que:

“Introduzir a disciplina da língua de sinais tem sido fundamental para interação dos alunos, o progresso tem sido incrível. O estudante surdo se identifica com as minhas aulas e aceita com mais facilidade sua necessidade, entendendo a importância da

comunicação para sua vida de um modo geral. Eles percebem que se fazer ouvir faz toda a diferença” (SEDUC, 2022).

Há um crescente número de alunos surdos que chegam nas instituições de ensino, é importante que a escola tenha uma proposta pedagógica que inclua as dificuldades desses alunos.

O ensino de libras vem sendo reconhecido como caminho necessário para uma efetiva mudança nas condições oferecidas pela escola no atendimento escolar desses alunos, por ser uma língua viva, produto de interação das pessoas que se comunicam. Essa língua é um elemento essencial para a comunicação e fortalecimento de uma identidade Surda no Brasil e, dessa forma, a escola não pode ignorar no processo de ensino aprendizagem. (BASTOS, 2017, p. 6).

É importante que tanto as escolas como os professores estejam capacitados para receber os alunos, a instituição precisa ser flexível e inclusiva para as necessidades dos estudantes. Para isso, é necessário preparo, qualificação e formação dos professores.

Figura 03: Professora Surda Amoriana Borges Araújo.



Fonte: Mari Rios/Governo do Tocantins (2022).

Na figura 03, a professora surda Amoriana Borges Araújo, descreve em entrevista “o quão significativo é a inserção da Libras no currículo das escolas e da diferença que pode fazer na vida dos alunos surdos” (CARNEIRO, 2022).

Os professores surdos tem um papel importante na educação dos alunos, e é ainda algo muito recente, mas trouxe uma contribuição muito importante para as necessidades educacionais dos estudantes.

A nossa identidade é construída ao longo de nossa existência e para tal, necessitamos de modelos de referência que nos auxiliem na construção dessas. Na educação de surdos, o professor surdo se constitui como principal modelo de referência para o aluno surdo. A identidade surda se constrói, na medida em que, o indivíduo surdo, convive e estabelece relações com outros indivíduos surdos. Quanto mais a pessoa com surdez tiver uma identidade surda, mais inserida estará na cultura surda. Esse fortalecimento da cultura surda é importante para que as pessoas possam se reunir para discutir seus direitos. Daí a importância de se ter mais professores surdos em nossas escolas (HONORA, 2014, Apud BASTOS, 2017, p. 7).

Alice Rodrigues Rocha, que tem 10 anos, fala sobre a libras e todo o amor pela disciplina: “Ainda estamos no básico, mas já aprendi muitas palavras. É muito importante aprendermos mais para que podemos conversar com todos os nossos amigos. Eu amo as aulas de Libras e a professora é muito legal”

Figura 4 – Aluna Alice Rodrigues Rocha ressalta a importância da língua de sinais para poder interagir com todos os colegas.



Fonte: Mari Rios/ Governo do Tocantins.

De acordo com a Portaria nº 1.049 de 16 de julho de 2021, é instituído uma comissão para uma análise e também estudos da educação bilíngue para os surdos do Tocantins, com o intuito de identificar o cenário e também elaborar sugestões para que a Língua Brasileira de Sinais seja implantada como uma componente curricular e que dê o foco principal para a educação bilíngue.

A Universidade Federal do Tocantins juntamente com as escolas polo de Educação bilíngue de surdos por meio da PROEX (Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários) no decorrer deste ano vem oferecendo formações para os profissionais da educação com o intuito de capacitar o ensino da Língua Brasileira de Sinais. Serão 14 escolas-polo de educação bilíngue abertas em 13 cidades no ano de 2023.

A gerente de educação da SEDUC destaca que:

“Não se trata apenas de obedecer à legislação, a criação dos polos vai oportunizar uma mudança de vida, pois, as escolas trabalharão na perspectiva da metodologia de educação bilíngue para os surdos, onde perpassa a língua de sinais como língua materna e a língua portuguesa compreendida na modalidade escrita. Assim sendo, os professores surdos passarão os conteúdos já na sua própria língua que é a língua de sinais e os demais estão sendo capacitados” (SEDUC, 2022).

O bilinguismo é a iniciativa que a educação bilíngue precisa, mas ainda são poucas escolas que ofertam, os alunos surdos precisam da garantia a comunicação em todos os níveis de ensino, etapas e modalidades. Há uma demora para efetivação das leis, a disciplina de Libras devia ser inserida desde o ano de 2015 nas escolas do Tocantins com base na Lei 2.977 de 8 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual da Educação do Tocantins PEE/TO (2015-2025); pela meta 6.5.

A inclusão da Libras como disciplina no Tocantins ainda está em fase inicial, mas já causa um grande impacto positivo na Educação de Surdos do Tocantins. A Língua Brasileira de Sinais pode possibilitar aos estudantes surdos a construção de sua identidade, aos alunos ouvintes possibilitará a comunicação entre os colegas de sala e será um aprendizado a mais para esses estudantes.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica e documental, as discussões presentes foram voltadas para o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os estudantes ouvintes da educação básica. Tendo em vista que toda a questão de inclusão da Libras como disciplina na grade curricular de ensino é recente.

No decorrer de toda a pesquisa foi possível perceber que mesmo diante das leis e criadas e implantadas foram adotadas a fim de gerar mudanças, porém falta muito para uma educação de qualidade para surdos e também para os alunos ouvintes. A comunidade surda lutou para que seus direitos fossem concretizados, mas por diversas vezes sofreram represálias, algumas vezes impedidos de estudar e também de sinalizar para os demais, conforme descreve no contexto histórico.

É possível afirmar que ainda com as leis e direitos garantidos alguns surdos são tratados como pessoas incapazes, passando por diversos desrespeitos e exclusões. Com as leituras e análises dos materiais que foram utilizados para a construção deste trabalho, foi perceptível que as lutas e batalhas travadas pela comunidade surda deram um resultado positivo.

Fica evidente que a Libras abriu portas e oportunidades para as pessoas e principalmente para o sujeito surdo e ainda fazendo com que o aluno se sinta incluído de alguma forma. Há diversos benefícios em aprender e praticar a Libras. A Língua Brasileira de Sinais é capaz de conectar as pessoas e também de proporcionar a comunicação entre elas.

O conhecimento da língua de sinais é primordial para a construção da identidade da criança surda e é importante sua convivência nos diversos grupos. Essa mudança do cenário educacional é crucial, pois em sua maioria os alunos das escolas são ouvintes e aprender a Libras faz com que o aluno surdo se sinta acolhido.

Feita as análises da matéria do Jornalístico apresentado no site da SEDUC, sobre o Tocantins ser o primeiro estado a implantar a disciplina de Libras na rede estadual de ensino, a pretensão é que no ano 2023 cerca de 14 escolas de educação bilíngue sejam instaladas, em que a Língua Brasileira de Sinais será considerada como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda, mas na modalidade escrita para os alunos surdo e para os alunos ouvintes será como segunda língua na modalidade escrita, quebrando barreiras da desigualdade do ensino tocantinense.

Desta maneira, pode-se perceber que a implementação da Língua Brasileira de sinais nas escolas só trará benefícios para o estado e para alunos que forem usufruir da disciplina, a

inclusão dos alunos surdos se tornará possível e oferecerá diversas oportunidades a todos os estudantes na rede estadual de ensino.

Com base nos resultados obtidos neste trabalho, conclui-se que o ensino da Libras para ouvintes na educação básica, é algo ainda a ser trabalhado, estruturado. Para que este ensino seja ministrado de maneira adequada é necessário que o professor também tenha uma formação apropriada, o ambiente precisa ser preparado para que as necessidades dos estudantes sejam atendidas. A escola precisa ser um ambiente de troca de experiências e respeito mútuo, pois os alunos já enfrentam e enfrentaram tantas dificuldades e barreiras na sala de aula.

## REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino. SARUTA, Moryse Vanessa. **Programa curricular de Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: IST, 2012.
- ALBRES, Neiva de Aquino. **Ensino de Libras: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores**. Curitiba, 2010. Excluir negrito dos subtítulos das referências
- ALBRES, Neiva Aquino. NEVES, Sylvia Lia Grespan. **Libras em estudo: formação de profissionais**. São Paulo, 2014.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos. GUINDANI, Joel Felipe. SÁ-SILVA, Jackson Ronie. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009.
- BASSO, Idavania Maria de Souza, STROBEL, Karin Lilian, MARA, Massuti. **Metodologia do ensino de Libras**. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2019.
- BASTOS, Monaliza Cristina Toledo Galluci, LOURENÇO, Erica Aparecida Garruti. **A escola bilíngue para surdos na educação infantil e no ensino fundamental I**. s.d.
- BASTOS, Eulânia Maria Ramos. **A Libras como disciplina na Educação Básica uma pesquisa com professores da rede estadual de caixas –MA**. 2017.
- BRASIL. **Decreto 5626/05 de 23 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –Libras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13. Março .2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.432 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2022.
- BRASIL. **Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 ago. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm). Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 07 de out. 2022.
- BERTONHA, Giovanna, CASTRO, Juliana Nagaoka RIBEIRO, Gilmara Reis. **Política linguística voltada para surdos no Brasil: reflexões sobre os domínios familiar e escolar**. 2012.

CASTRO, Fernanda Grazielle Aparecida Soares. **A formação docente e a constituição do professor surdo que atua com a Libras no ensino superior.** Belo Horizonte, 2016.

CASTRO, Rosimary Pastor Corneiro. **Inclusão de crianças surdas no ensino infantil da rede pública.** Fortaleza, 2013.

CARRARO, Eloyse Alves. DEL MOURO, Karianny Aparecida Gerotto. **O processo histórico da Língua Portuguesa de Sinais.** (s.d)

CARNEIRO, Juliana. **Tocantins se destaca ao ser primeiro estado a implantar disciplina de Libras na rede estadual de ensino.** Publicado 18/08/2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/noticias/Tocantins-se-destaca-ao-ser-primeiro-estado-a-implantar-disciplina-de-libras-na-rede-estadual-de-ensino/pv1nqvrfrus>. Acesso em 11 set. 2022

CODEIRO, Nilza Acácio. **A importância do ensino da Libras no Brasil/Nilza Acácio Cordeiro.** - Patos, 2021.

CORDEIRO, Danúbia Barros, MEDEIROS, Rute Leite, MORATO, Kézia Maria Cavalcante, SOUSA, Milene Lima. **Professor surdo, alunos ouvintes:** uma experiência de sucesso na cidade de Monteiro –PB. (s.d)

COSTA, Camila Formiga Toscana da. **A importância do ensino de libras para a formação dos professores/** Camila Formiga Toscano da Costa. – João Pessoa: UFPB, 2015.

CORREA, Tamires Huguenin, MATOS, Priscila Teixeira, ROCHA, Waldyr Inbroisi, SALGADO, Ana Cláudia Peters. **Formação de professores para a educação bilíngue:** desafios e perspectivas. 2009.

CRUZ, Osilene Maria de Sá e Silva. MORAIS, Fernanda Beatriz Caricari. **As representações do Instituto Nacional de Educação de surdos (INES) na década de 1930 um estudo sistemático funcional.** Vitória, 2020.

DEMOVASK, Marilene, VASSÃO, Adriane Meyer. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE.** Paraná, 2016.

DINIZ, Heloise Gripp. **A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras) [dissertação]:** um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais / Heloise Gripp Diniz; orientador, Tarcísio de Arantes Leite. - Florianópolis, SC, 2010. 144 p.: il., tabs.

ENISWELER, Kely Cristina, MALACARNE, Vilmar, OLIVIERA, Verônica Rosemary, PIRES, Elocir Aparecida Corrêa. **Educação dos surdos:** escola inclusiva versus escola bilíngue. 2015.

FILIETAZ, Marta Rejane Proença, SANTOS, Maurício Lima, TSUKAMOTO, Neide Mitiyo Shimazaki. **A atuação do professor surdo no ensino de Libras no contexto da Universidade tecnológica Federal do Paraná.** Curitiba, 2011.

FESTA, Priscila Soares Vidal. GONÇALVES, Humberto Bueno. **Metodologia do professor no ensino de alunos surdos.** Ensaio Pedagógico, Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET, 2013.



FREITAS, Isaac Figueiredo. Alfabetização de surdos: para além do alfa e do beta. **Revista Brasileira de Educação**, I Universidade Federal do Vale do São Francisco. Senhor do Bonfim, BA, 2020.

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007

LOURENÇO, Érica Aparecida Garrutti. **Educação bilíngue para surdos. Recurso digital (Caderno de residência pedagógica)** São Paulo, 2017.

MACHADO, Lucyenne Matos da Costa Vieira. **Formação de professores surdos: dispositivos para garantir práticas discursivas**. Cadernos de Educação, Pelotas, 2010.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARQUES, Ludimila Novais. **Síntese sobre a educação inclusiva no caso dos surdos**. SEE/MG. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, Ronny Diogenes. LIBRAS: uma reflexão a respeito do histórico de uso do termo. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, 2019.

MOURA. **A educação do surdo no processo de inclusão no Brasil nos últimos 50 anos (1961 – 2011)**. REB, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 146-161, abr. 2015.

MOURA, Débora Rodrigues. VIERIA, Claudia Rodrigues. **A atual proposta bilíngue para a educação de surdos em prol de uma educação inclusiva**. Revista Pandora Brasil, 2011.

MURUSSI, Amanda da Silva. **A surdez, a inclusão educacional e a formação do professor: um estudo nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Brasília – DF, 2005.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Guilherme Silva. SANTOS, Lara Ferreira. **Educação Inclusiva e Bilíngue para surdos: ensino de Libras e construção de identidade em evidência**. 2012.

QUADROS, Ronice Muller, STUMPF, Marianne Rossi. **Estudos da Língua Brasileira de Sinais**. Florianópolis: Editora Insular: Florianópolis: PGL/UFSC, 2018.

QUADROS, Ronice Muller. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice Muller. **O ‘bi’ em bilinguismo na educação de surdos**. In: FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão.** Florianópolis, 2003.

QUADROS, Ronice Muller. **A educação de surdos na perspectiva da Educação inclusiva no Brasil.** Rio de Janeiro, 2008.

ROCHA, Alexia Cabezas. MORET, Alexia Cabezas. **A necessidade da disciplina de libras no ensino fundamental.** s.d.

ROSSI, Renata Aparecida. **A libras como disciplina no ensino superior.** Revista de Educação. 2010.

SILVA, Lelyane Santos, BENASSI, Claudio Alves. **A Inclusão da libras como disciplina curricular e a formação do professor de libras.** Revista diálogos, 2014.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação dos surdos no Brasil. Editora autores associados.** São Paulo, 1999.

SOUZA, Pedro Paulo Ubarana De. **Educação de surdos no brasil: uma narrativa histórica.** Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018.

STROBEL, Karin. **História da Educação dos surdos.** Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância. 2009.

TORRES, Telma Magali Ribeiro. **O processo histórico da educação inclusiva.** Universidade Interamericana, Salvador, 2017.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2024, 2015.**